



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete do Procurador Daniel de Carvalho Guimarães

PORTARIA Nº 003/2021
INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO

Considerando que em 2020, a partir de denúncias encaminhadas a este Ministério Público de Contas, foram distribuídas à relatoria deste Procurador duas Notícias de Irregularidade sobre supostas incongruências em licitações deflagradas pela **Prefeitura Municipal de Pirapora** para a contratação de empresas para a execução dos serviços de pavimentação asfáltica, tapa buracos e recapeamento;

Considerando que as referidas Notícias de Irregularidade foram convertidas nos Procedimentos Preparatórios nº 157.2020.600 e 250.2020.600, por meio das Portarias nº 019/2020 e 025/2020, de 27/7/2020 e 3/11/2020¹, respectivamente;

Considerando que as irregularidades vislumbradas no âmbito do Procedimento Preparatório nº 157.2020.600, atinente ao Processo Licitatório nº 037/2020 – Concorrência Pública nº 001/2020, deflagrado para a contratação de empresa para a prestação de serviços de pavimentação asfáltica, ensejaram o encaminhamento de notificação recomendatória, por meio do Ofício nº 121/2020/DCG/MPC, de 3/11/2020, à Administração Municipal;

Considerando que, no exercício da autotutela, em 9/11/2020, a Prefeitura Municipal de Pirapora anulou a Concorrência nº 001/2020;

Considerando que, no bojo do Procedimento Preparatório nº 250.2020.600, foram identificadas diversas irregularidades no Processo Licitatório nº 025/2020 – Pregão Presencial nº 009/2020 – Contrato nº 035/2020 e no Processo Licitatório nº 061/2020 – Pregão Presencial nº 026/2020 – Contrato nº 072/2020, ambos deflagrados para a contratação de empresa para a prestação dos serviços de tapa buracos e recapeamento de vias, o que resultou na apresentação da Representação nº 1098613, em trâmite no TCEMG;

Considerando que, a partir de consultas realizadas no endereço eletrônico da

¹ Publicação no Diário Oficial de Contas em 28/7/2020 e 4/11/2020, respectivamente.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete do Procurador Daniel de Carvalho Guimarães

Prefeitura Municipal de Pirapora², objetivando a identificação de eventual licitação substitutiva à Concorrência nº 001/2020, constatou-se que, em março/2021, foi publicado novo certame com objeto correlato, o **Processo Licitatório nº 010/2021 – Pregão Eletrônico nº 005/2021**, cujo edital contém a mesma irregularidade sinalizada na Concorrência nº 001/2020, em que pese o encaminhamento da recomendação noticiatória por este órgão ministerial de 3/11/2020;

Considerando que há correlação entre o objeto da Concorrência nº 001/2020 (pavimentação asfáltica), do Pregão Presencial nº 009/2020 (tapa buracos e recapeamento) e do Pregão Presencial nº 026/2020 (tapa buracos e recapeamento), com o objeto do **Pregão Eletrônico nº 005/2021, editado para a “contratação de empresa especializada para prestação de serviços de tapa buracos, com utilização de concreto betuminoso usinado a quente – CBUQ”, no valor estimado de R\$1.949.828,41**, bem como que a mesma irregularidade atinente à habilitação das licitantes se repetiu em todos os editais;

Considerando a necessidade de complementar as informações já coletadas nas consultas efetuadas no site da Prefeitura Municipal de Pirapora, como forma de preparação para a atuação deste Ministério Público de Contas no exercício de suas atribuições, sobretudo quanto à tutela do interesse público;

Considerando as funções institucionais do Ministério Público fixadas nos artigos 129, inciso VI, da Constituição da República; 67, inciso I, alínea b, da Lei Complementar nº 34/1994; e 26, inciso I, da Lei Federal nº 8.625/1993;

Considerando, por fim, o disposto nos artigos 4º, §§ 1º e 4º, da Resolução MPC-MG nº 14, de 18 de dezembro de 2019³;

RESOLVO, no uso de minhas atribuições legais, instaurar, **de ofício**,

² Disponível em <https://www.pirapora.mg.gov.br/licitacoes>. Acesso em 20/4/2021.

³ Art. 4º - Realizado o juízo positivo de admissibilidade, o Procurador do Ministério Público de Contas poderá:

§1º - O PP será instaurado, exclusivamente, para colher elementos para identificação do denunciado ou do objeto, para fins de, antes da instauração do IC ou da adoção de outras providências cabíveis, complementar a informação ou documentação recebida.

§3º - O membro do Ministério Público de Contas poderá instaurar, de ofício, IC ou PP, caso tome conhecimento de fato passível de apuração relacionada às suas atribuições.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete do Procurador Daniel de Carvalho Guimarães

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO, para apurar a ocorrência de irregularidades e identificar os possíveis responsáveis, determinando, desde já, a expedição de ofício à Prefeitura Municipal de Pirapora, requisitando, **no prazo de 30 (trinta) dias úteis**, a remessa dos seguintes documentos:

- a) Cópia integral, **fase interna e externa**, do **Processo Licitatório nº 010/2021 – Pregão Eletrônico nº 005/2021**, deflagrado para a “*contratação de empresa especializada para prestação de serviços de tapa buracos, com utilização de concreto betuminoso usinado a quente – CBUQ*”, no valor estimado de R\$1.949.828,41, incluindo todas as atas das sessões da referida licitação, os recursos apresentados, os termos de homologação e adjudicação do certame e, caso já tenha sido firmado, o instrumento contratual.

Publique-se e cumpra-se.

Belo Horizonte, 22 de abril de 2021.

DANIEL DE CARVALHO GUIMARÃES
Procurador do Ministério Público de Contas de Minas Gerais
(Documento assinado digitalmente)